

Enquadramentos da política europeia e nacional de interoperabilidade e de gestão documental

Pedro Penteado - pedro.penteado@dglab.gov.pt

Sessão de apresentação do Plano de classificação comum
do Ministério da Educação e Ciência

Lisboa, 2.10.2015



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO,
DOS ARQUIVOS E DAS
BIBLIOTECAS

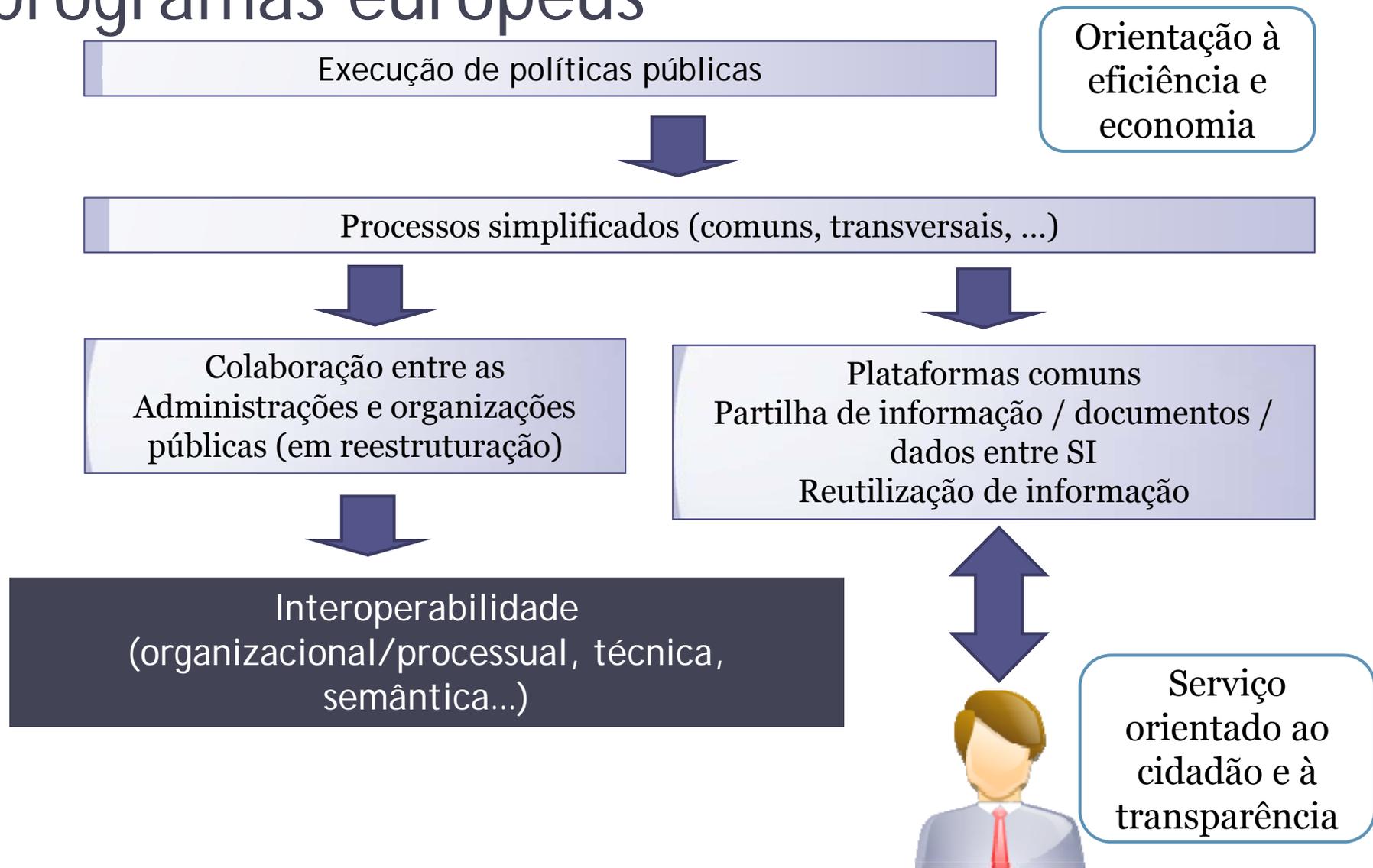
Perguntas de partida

1. Que requisitos deve ter a Gestão Documental para que possamos **partilhar** dados, informações e documentos autênticos **entre os sistemas de informação** das Administrações Públicas (AP's)?



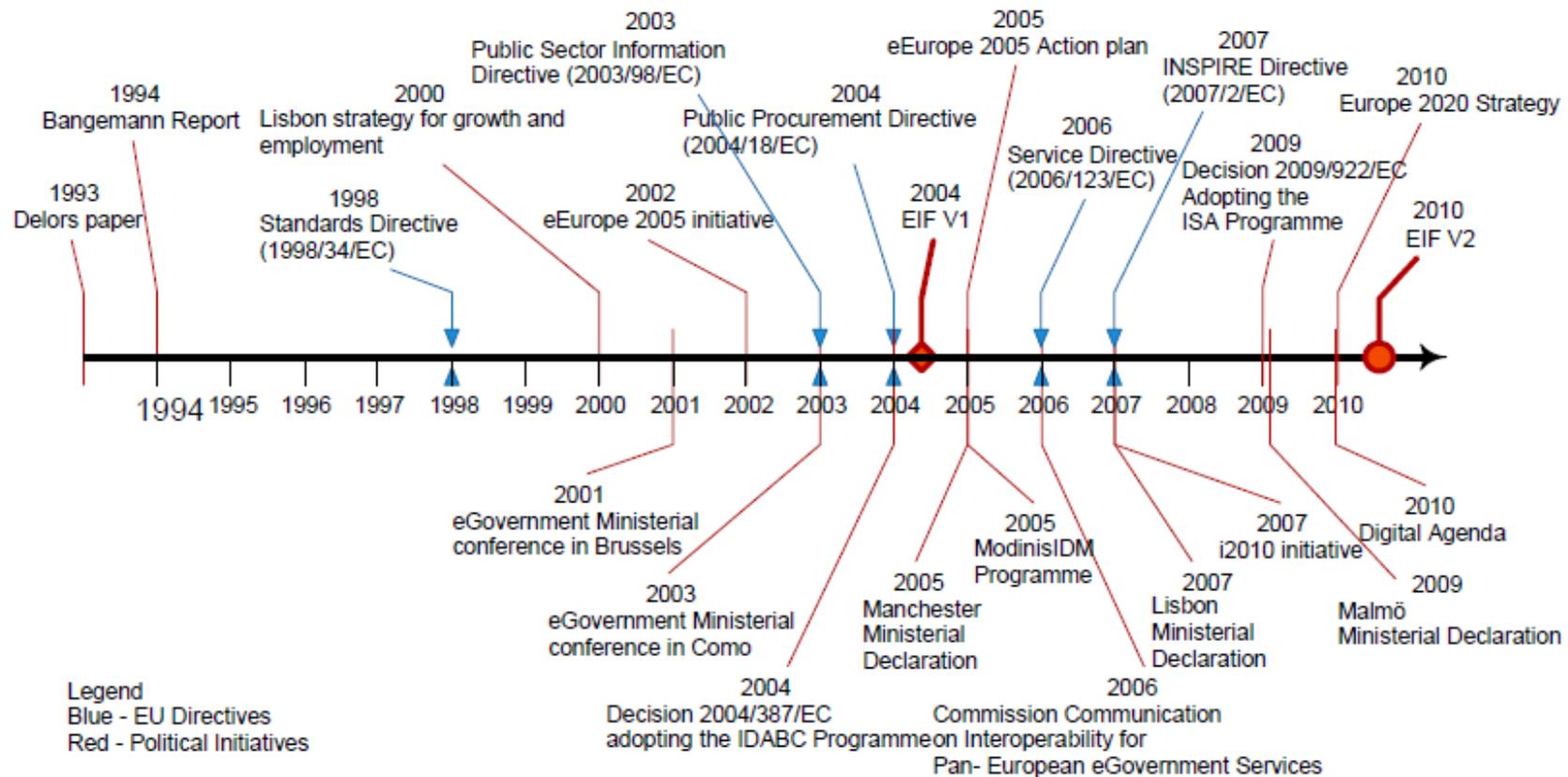
2. Que políticas e orientações europeias e nacionais existem para nos ajudar, a este nível?

Interoperabilidade: políticas e programas europeus



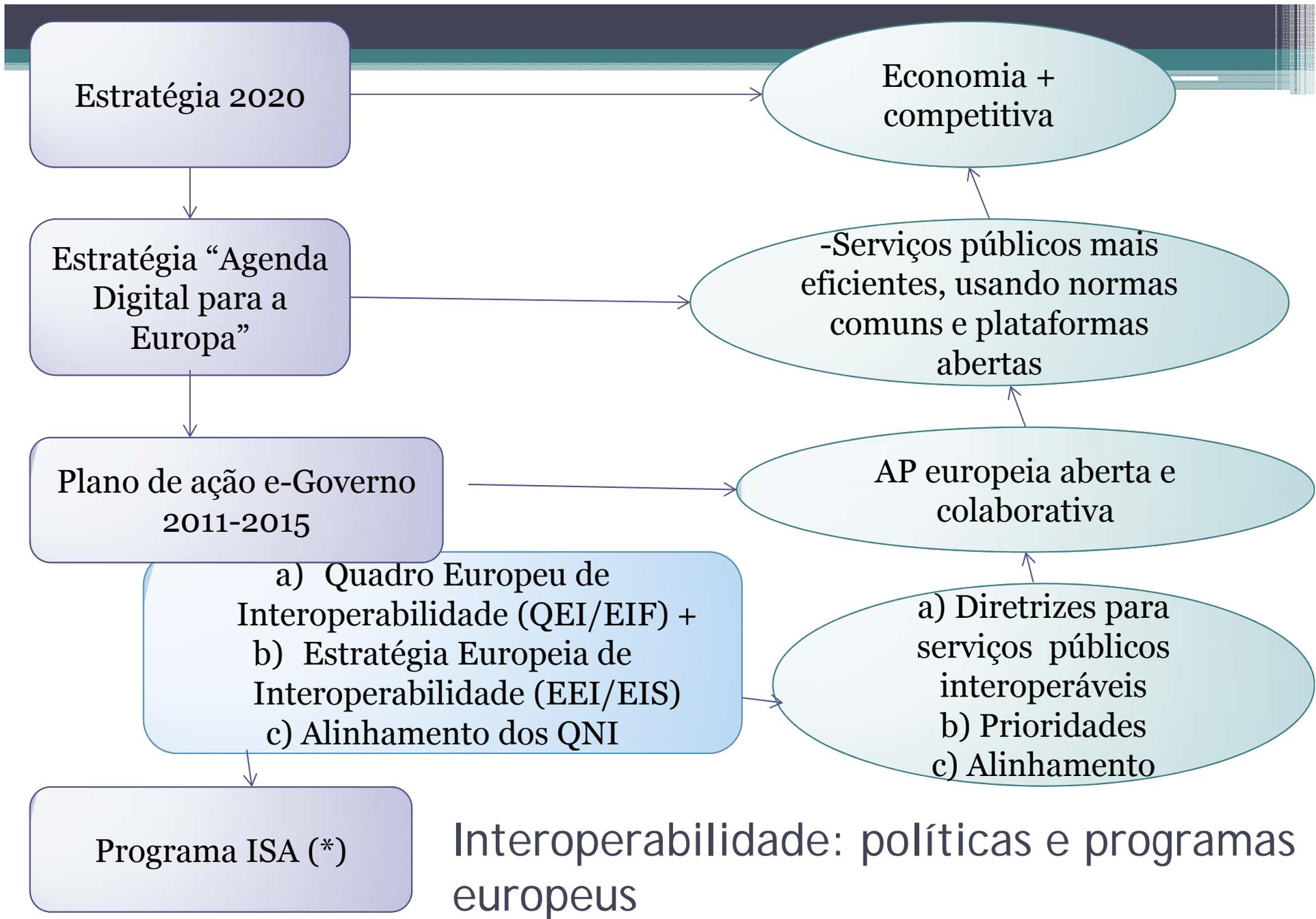
Interoperabilidade: políticas e programas europeus

- **Interoperabilidade** - “Capacidade de organizações díspares e diversas interagirem com vista à consecução de objetivos comuns com benefícios mútuos, definidos de comum acordo e
 - implicando a **partilha de informações** e conhecimentos entre as organizações, no âmbito dos **processos** administrativos a que dão apoio,
 - mediante o **intercâmbio de dados** entre os respetivos **sistemas TIC**”.
- Fonte: Decisão n.º 922/2009/CE



Timeline of EU initiatives concerning interoperability

Interoperabilidade: políticas e programas europeus

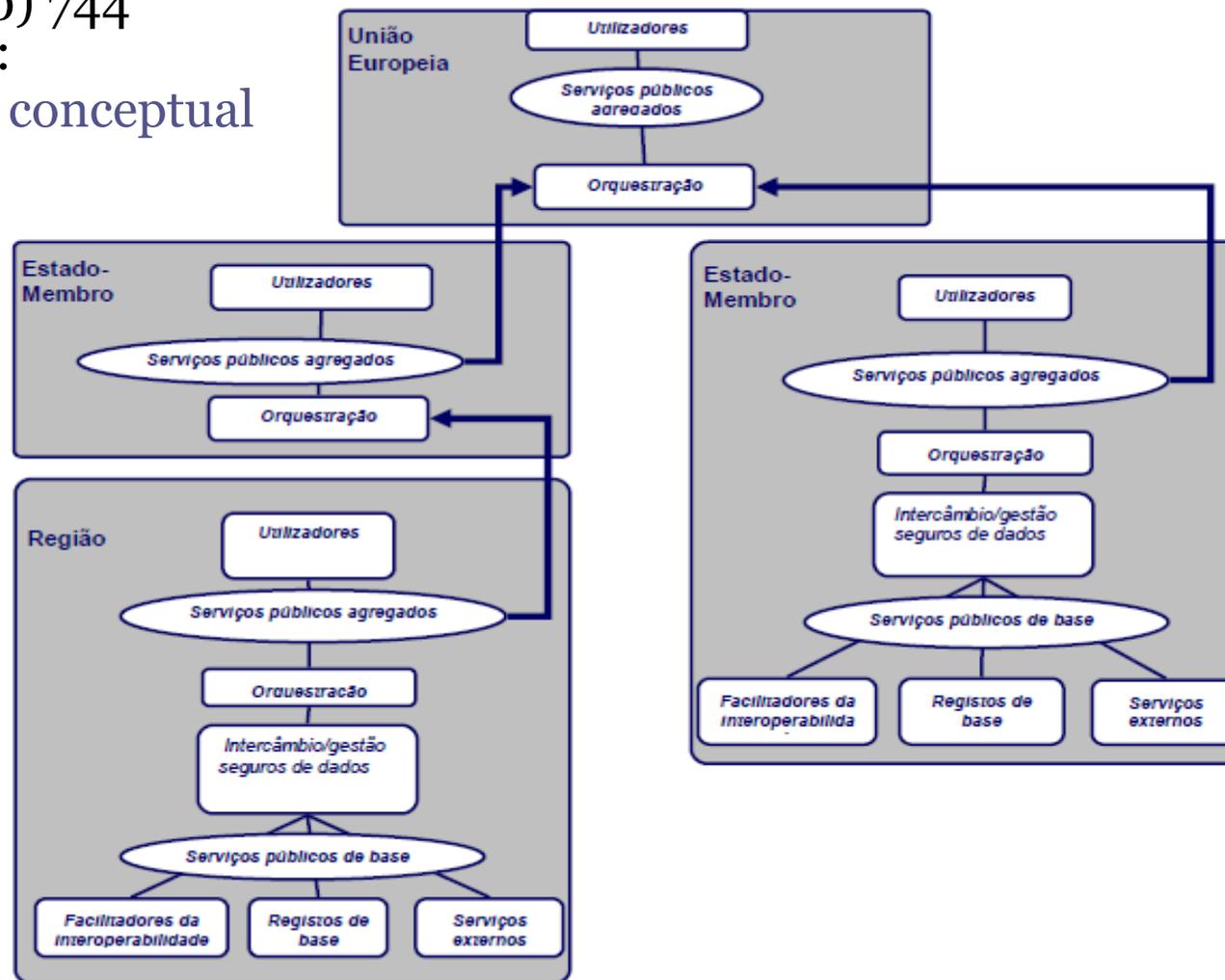


(*) Criado com o Decisão n.º 922/2009/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

COM (2010) 744 - "Para a interoperabilidade dos serviços públicos"

- Inclui a Estratégia (EEI) e o [Quadro Europeu de Interoperabilidade \(QEI\)](#) . Este último estabelece:
 - 1) **12 princípios básicos** - que resumem as expectativas das AP's, empresas e cidadãos para a disponibilização de serviços públicos.
 - Por ex.:
 - Desenho centrado no utilizador (serviço amigável, multicanal, ponto único de contacto, fornecimento único de informação, respeito pela privacidade);
 - Segurança e privacidade/confidencialidade;
 - Transparência;
 - Abertura (das administrações para a partilha e reutilização da informação → maior eficiência);
 - **Conservação das informações** (legíveis, fiáveis, íntegras - incluindo assinatura eletrónica...) [n.º 8];
 - Neutralidade e adaptabilidade tecnológicas.

- COM(2010) 744 estabelece:
- 2) Modelo conceptual



Ex. de agregação de serviços originários de diferentes níveis da AP

- COM(2010) 744 estabelece:
- 3) 4 níveis de interoperabilidade



COM(2010) 744 - "Para a interoperabilidade dos serviços públicos"

- 1) Cada Estado-membro e cada Administração deve ter o seu Quadro de interoperabilidade para as organizações que querem colaborar na prestação conjunta de serviços públicos, especificando:
 - Vocabulários, conceitos,
 - Princípios, políticas, orientações, recomendações, normas, especificações,
 - Práticas.
- 2) Os quadros de interoperabilidade estabelecidos pelas AP's a nível nacional, regional ou local (ou num setor específico) devem estar alinhados com o QEI.



ISA

Interoperability Solutions for European Public Administrations

European Commission > ISA > Actions > Interoperability architecture



Search the ISA website



ISA²

OUR SOLUTIONS

NEWS

EVENTS

ACTIONS

POLICY

LIBRARY

VIEWS ON ISA

FOCUS ON

FAQ

DASHBOARD

Interoperability agreements on electronic documents and electronic files



When is this action of interest to you?

You are a European public administration that needs to save costs and reduce the administrative burden. Defining common interoperability agreements in relation to the electronic documents and the electronic files will contribute to this objective.

What is this action about?

Em breve, ISA², com **dotação financeira** para 2016-2020 de c. **131 milhões de euros**

Want to know more?

Webinar - e-Documents for public



Find solutions
Interoperability Solutions



Share and Collaborate
Communities



Keep up-to-date
News, events, cases, documents...



People
Get in contact with professionals

About Joinup

[Find out more](#)

Joinup is a collaborative platform created by the European Commission and funded by the European Union via the [Interoperability Solutions for European Public Administrations](#) (ISA) Programme. It offers several services that aim to help e-Government professionals share their experience with each other. We also hope to support them to find, choose, re-use, develop and implement interoperability solutions.



Contribute to Joinup!



eGovernment state-of-play in Europe



EUPL Community



2014 report on interoperability



An interoperable Europe. Interested?



ePractice migration to Joinup

Sharing content



Add...



More on Joinup



Our services



Subscribe to Newsletter

Site da plataforma JOINUP - <https://joinup.ec.europa.eu/homepage>

ENI, Cap. X Recuperación y conservación del documento-e

- **Las AA.PP. adoptarán medidas organizativas y técnicas** con el fin de garantizar la interoperabilidad en relación con la recuperación y conservación de los documentos-e a lo largo de su ciclo de vida.



- **Crearán repositorios-e** complementarios y equivalentes en cuanto a su función a los archivos convencionales, destinados a cubrir el conjunto del ciclo de vida de los documentos-e.
- Aplicarán **medidas de seguridad** (ENS - RD 3/2010).
- **Formatos** de los documentos: se aplicarán según lo previsto en el ENI.
- **Digitalización** de documentos en soporte papel, según la norma técnica de interoperabilidad correspondiente.
- **+ Normas técnicas de interoperabilidad**

4 — O RNID abrange os seguintes domínios:

a) Formatos de dados, incluindo códigos de caracteres, formatos de som e imagens (fixas e animadas), audiovisuais, dados gráficos e de pré-impressão (tabela I);

b) Formatos de documentos (estruturados e não estruturados) e gestão de conteúdos, incluindo gestão documental (tabela II);

c) Tecnologias de interface *web*, incluindo acessibilidade, ergonomia, compatibilidade e integração de serviços (tabela III);

d) Protocolos de *streaming* ou transmissão de som e imagens animadas em tempo real, incluindo o transporte e distribuição de conteúdos e os serviços ponto a ponto (tabela IV);

e) Protocolos de correio eletrónico, incluindo acesso a conteúdos e extensões e serviços de mensagem instantânea (tabela V);

f) Sistemas de informação geográfica, incluindo cartografia, cadastro digital, topografia e modelação (tabela VI);

g) Especificações técnicas e protocolos de comunicação em redes informáticas (tabela VII);

h) Especificações técnicas de segurança para redes, serviços, aplicações e documentos (tabela VIII);

i) Especificações técnicas e protocolos de integração, troca de dados e orquestração de processos de negócio na integração interorganismos (tabela IX).

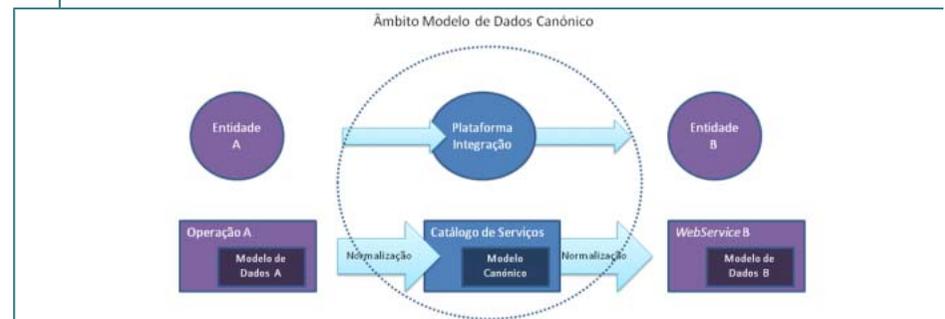
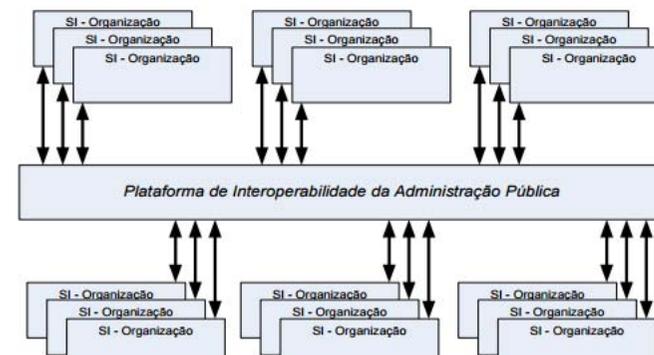
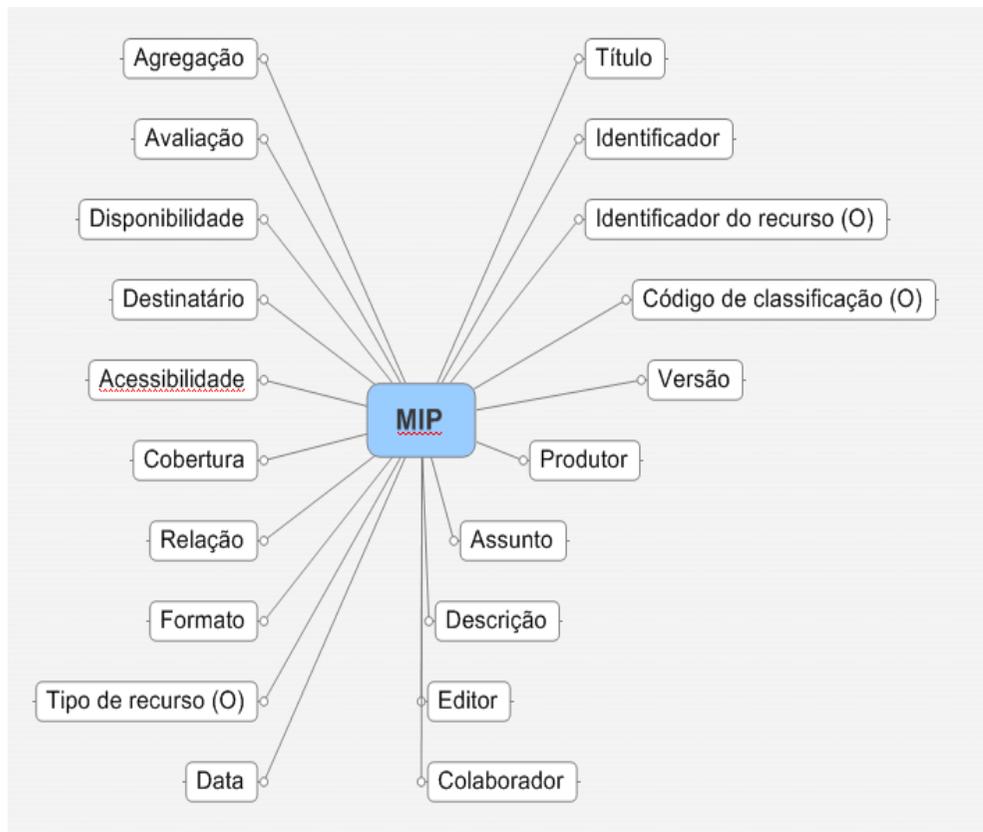


Figura 1 - Normalização de dados na comunicação entre Entidades

As entidades Públicas deverão assim no seu modelo de referência de integração *Inter-Organização* para além de contemplar os seus diversos Sistemas de Informação (SI), englobar a Plataforma de Interoperabilidade para a comunicação entre as diversas Organizações.



Visão DGLAB para a interoperabilidade semântica

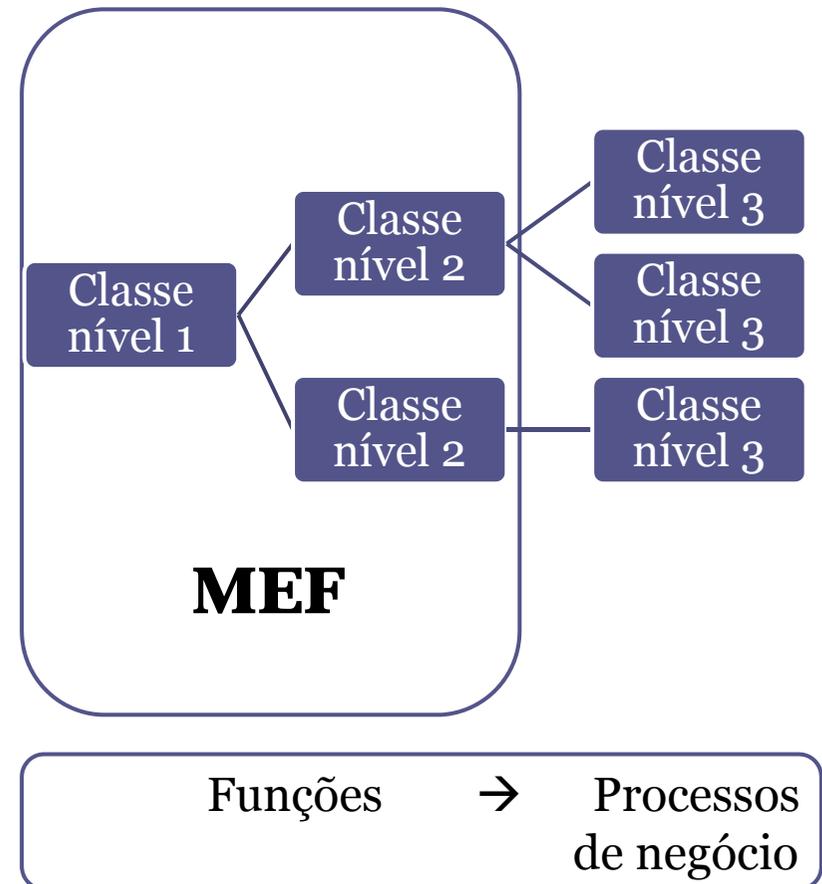


- Esquema de metainformação que visa facilitar a interoperabilidade na gestão, utilização e acesso a recursos de informação (arquivísticos ou não);
- Elementos contenedores com subelementos utilizáveis, (obrigatórios e facultativos) ...
- Compila outros esquemas e normas (Dublin-Core ISO 15836-2003, ISO 23081-1:2006, Moreq, ...)
- Descreve: Identidade do recurso, âmbito e conteúdo, restrições, relações, elementos adicionais, ...

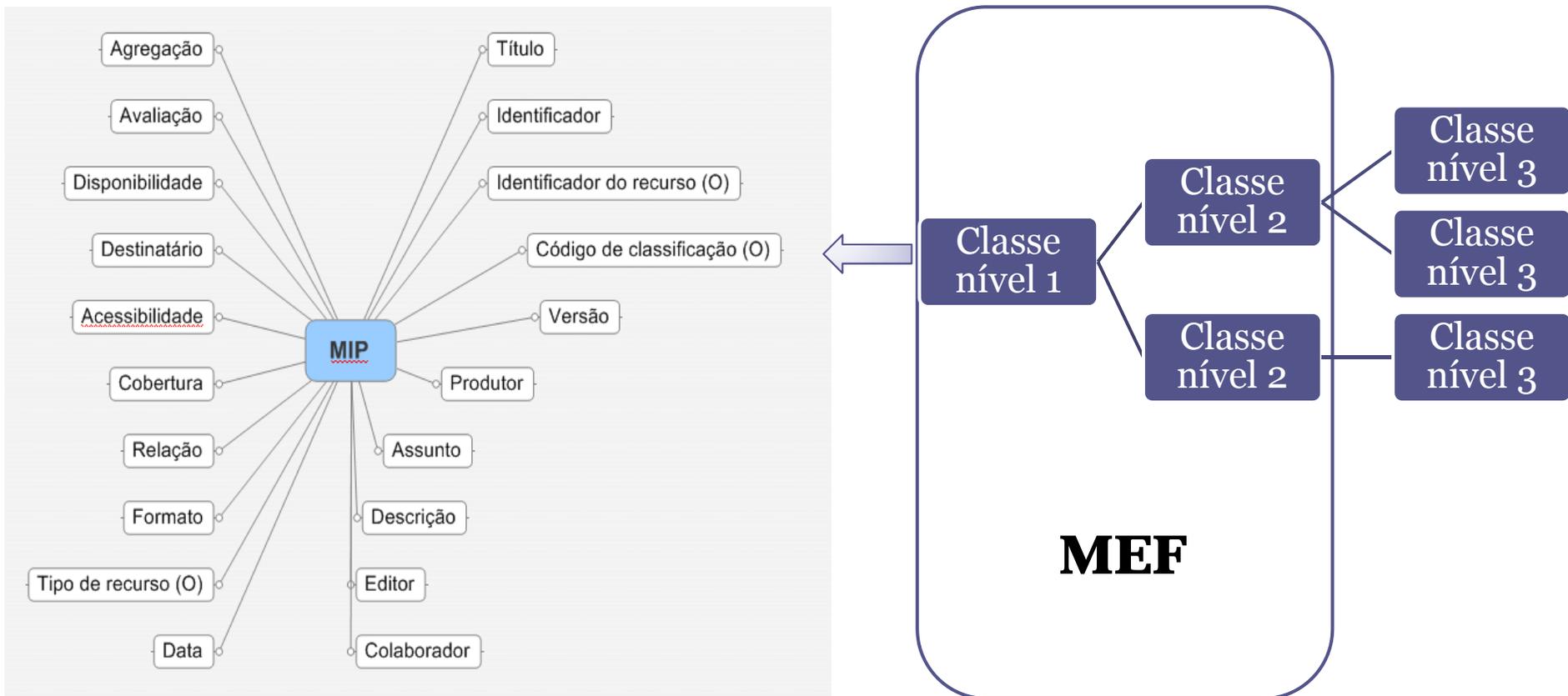
Referenciais DGLAB: 1. MIP : “Metainformação para a Interoperabilidade”

Visão DGLAB para a interoperabilidade semântica

- Estrutura semântica que representa **funções** do Estado, organizadas de acordo com um modelo hierárquico, desenvolvido a dois níveis, concebido para servir de quadro de apoio à elaboração de planos de classificação funcionais.
- **MEF v.2** (Março de 2013) cobre o universo da Administração Central e da Administração Local.

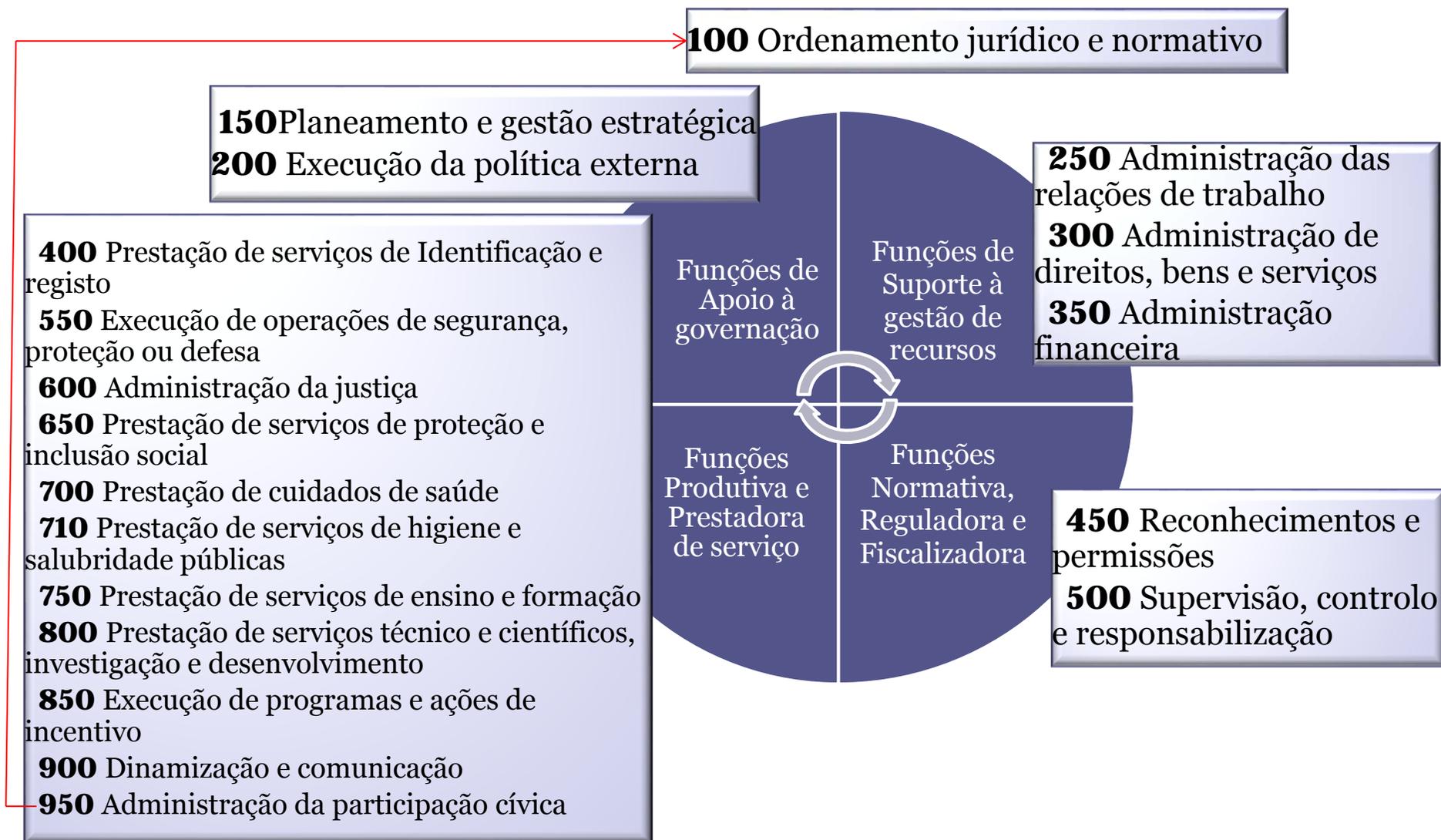


Referenciais DGLAB: 2. MEF: "Macroestrutura Funcional"



Visão DGLAB para a interoperabilidade semântica

Macroestrutura Funcional (MEF): Modelo conceptual para a estruturação de funções e classes de 1º nível



(Excerto)

1. ESTRUTURA DAS CLASSES

- 100 ORDENAMENTO JURÍDICO E NORMATIVO
 - 100.10 ELABORAÇÃO DE DIPLOMAS JURÍDICO-ADMINISTRATIVOS
 - 100.20 INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E DAS NORMAS
- 150 PLANEAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA
 - 150.10 DEFINIÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS
 - 150.20 PLANEAMENTO, AVALIAÇÃO E MELHORIA DE SERVIÇOS
 - 150.30 PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS
- 200 EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA
 - 200.10 DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS CONJUNTAS E DOS INSTRUMENTOS
 - 200.20 COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO POLÍTICO E DIPLOMÁTICO
 - 200.30 PROJETOS DE EXECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA
- 250 GESTÃO DE RELAÇÕES LABORAIS

**MEF – Macroestrutura
Funcional - v. 2 (2013)**

- 250 GESTÃO DE RELAÇÕES LABORAIS
 - 250.10 ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
 - 250.20 GESTÃO DO DESEMPENHO
 - 250.30 DIÁLOGO SOCIOLABORAL
- 300 GESTÃO DE DIREITOS, BENS E SERVIÇOS
 - 300.10 AQUISIÇÃO/VENDA, ABATE E PERMUTA
 - 300.20 CONCESSÃO
 - 300.30 INVENTARIAÇÃO
 - 300.40 PROTEÇÃO, CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO
 - 300.50 UTILIZAÇÃO, EXPLORAÇÃO E RENDIBILIDADE
- 350 GESTÃO FINANCEIRA
 - 350.10 CONTABILIZAÇÃO DE DESPESA
 - 350.20 LIQUIDAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS E OUTRAS RECEITAS
 - 350.30 GESTÃO DE TESOURARIA
 - 350.40 GESTÃO DA DÍVIDA E DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS
- 400 IDENTIFICAÇÃO E REGISTO
 - 400.10 REGISTO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ENTIDADES
 - 400.20 PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGISTO
- 450 RECONHECIMENTOS E PERMISSÕES
 - 450.10 LICENCIAMENTOS, CERTIFICAÇÕES E OUTRAS AUTORIZAÇÕES
 - 450.20 CLASSIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
 - 450.30 FORMALIZAÇÃO DE ATOS JURÍDICOS E COMPROVAÇÃO DE FACTOS OU ATOS
- 500 SUPERVISÃO, CONTROLO E RESPONSABILIZAÇÃO
 - 500.10 INSPEÇÃO, AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DE CONFORMIDADE
 - 500.20 AÇÃO DISCIPLINAR
 - 500.30 PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO E CAUTELAR
 - 500.40 IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA

Com nova classe
**710. Prestação de
serviços de
higiene e
salubridade
públicas**

**MEF –
Macroestrutura
Funcional v.2
(2013)**

CÓDIGO	750
TÍTULO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO E FORMAÇÃO
DESCRIÇÃO	Relativo à prestação de serviços no domínio da educação/ensino/qualificação da população, independentemente da idade ou do contexto (escolar, académico, profissional ou outro) - inclui a educação pré-escolar, o ensino básico e secundário, o ensino superior, a educação extraescolar e todos os cursos de formação, de qualificação profissional e valorização permanente, em qualquer área do conhecimento.
NOTAS DE APLICAÇÃO	Inclui as ações de formação para a qualificação dos recursos humanos da administração pública, bem como a realização de estágios. Aplicável tanto às entidades que prestam os serviços referidos como às que solicitam a prestação dos mesmos.
NOTAS DE EXCLUSÃO	As ações de sensibilização, congressos, seminários e outros encontros científicos ou profissionais, devem ser considerados em "Dinamização e comunicação institucional/ Execução de atividades de dinamização da sociedade" (900.10).

CÓDIGO	750.10
TÍTULO	GESTÃO DO ALUNO/FORMANDO
DESCRIÇÃO	Compreende as atividades relacionadas com apresentação de candidaturas, seleção de candidatos, matrículas, inscrições transferências de alunos/formandos entre cursos, turmas ou estabelecimentos de ensino, e ainda as atividades relacionadas com a orientação vocacional do aluno/formando, e/ou o seu encaminhamento para percurso ou ensino especial.
NOTAS DE APLICAÇÃO	Quando aplicável, estas atividades incidem igualmente sobre estagiários.
NOTAS DE EXCLUSÃO	-

PAEIS - Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica



- São obrigações das entidades aderentes:
 - a) **Aplicar o MIP e a MEF** no sistema de arquivo que utilizam, no prazo de 2 anos após a aceitação da adesão, por parte da CE;
 - b) Seguir integralmente as regras e propostas da MEF para a representação das funções de Estado (1.º e 2.º nível), na elaboração dos instrumentos de gestão de documentos de arquivo que venham a adotar (ex.: plano de classificação, tabela de seleção, plano de segurança e acessos);
 - c) Contribuir ativamente para o desenvolvimento do Programa através da promoção, implementação e participação no processo de melhoria dos seus instrumentos.
- São direitos das entidades aderentes:
 - a) Participar nas estruturas de gestão do Programa;
 - b) Aceder e usufruir dos produtos e serviços inerentes ao Programa (ex.: consultoria, formação, workshops, etc).

Aderentes ao Programa “Administração Eletrónica e interoperabilidade semântica” (ex. fundadores – ant . 2011)

Ministério	Entidade	Data de aceitação
MC	DGARQ - Direcção-Geral de Arquivos	02-05-2008
PCM	SG-PCM - Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	02-05-2008
PCM	CEGER - Centro de Gestão da Rede Informática do Governo	02-05-2008
PCM	IPJ - Instituto Português da Juventude	02-05-2008
MFAP	SG-MFAP - Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública	02-05-2008
MAI	SG-MAI - Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna	02-05-2008
MAOT	SG-MAOT - Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	02-05-2008
MEdu	SG-MEdu - Secretaria-Geral do Ministério da Educação	09-12-2009
MCTES	FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia	09-12-2008
MADRP	SG-MADRP - Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas	16-12-2009



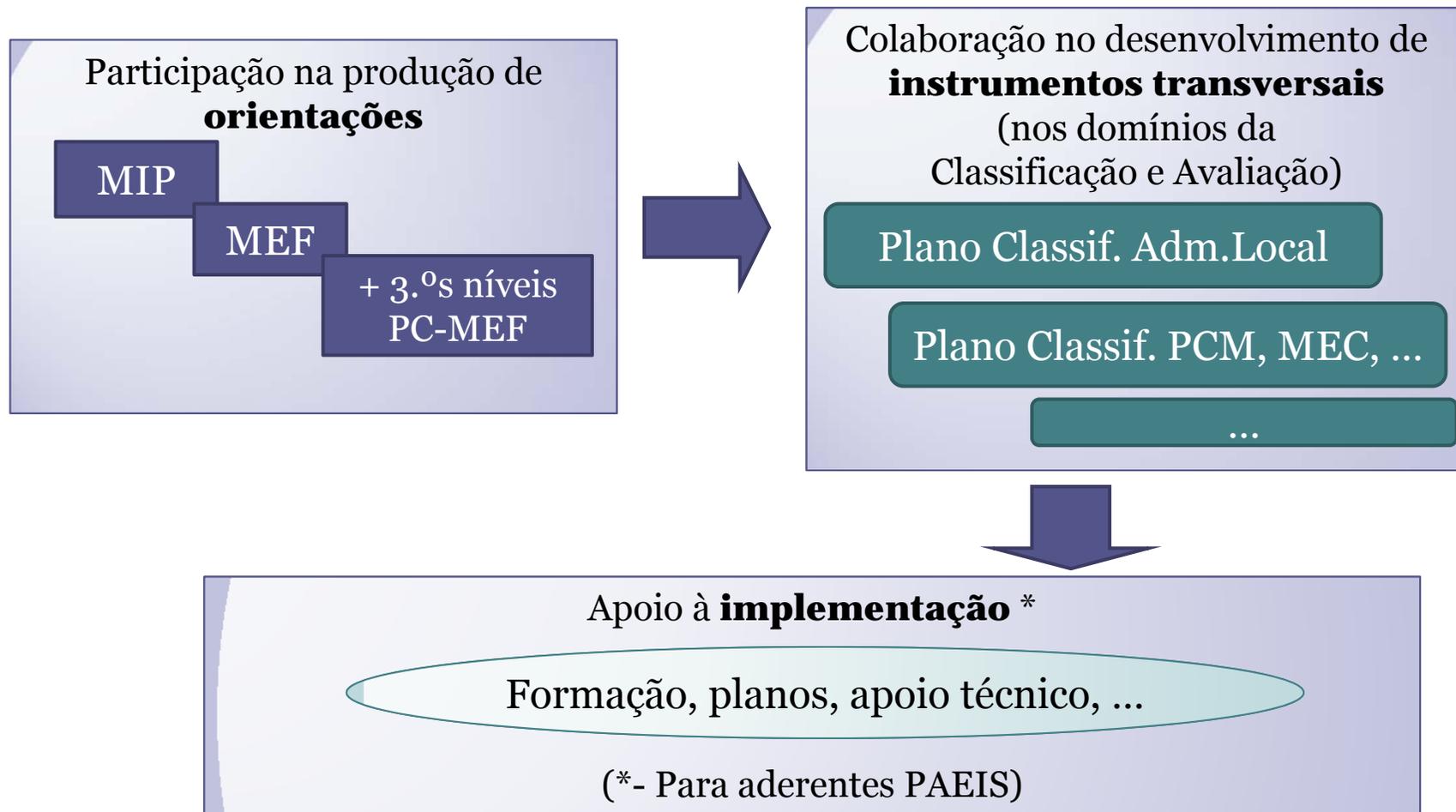
PAEIS - Programa Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica



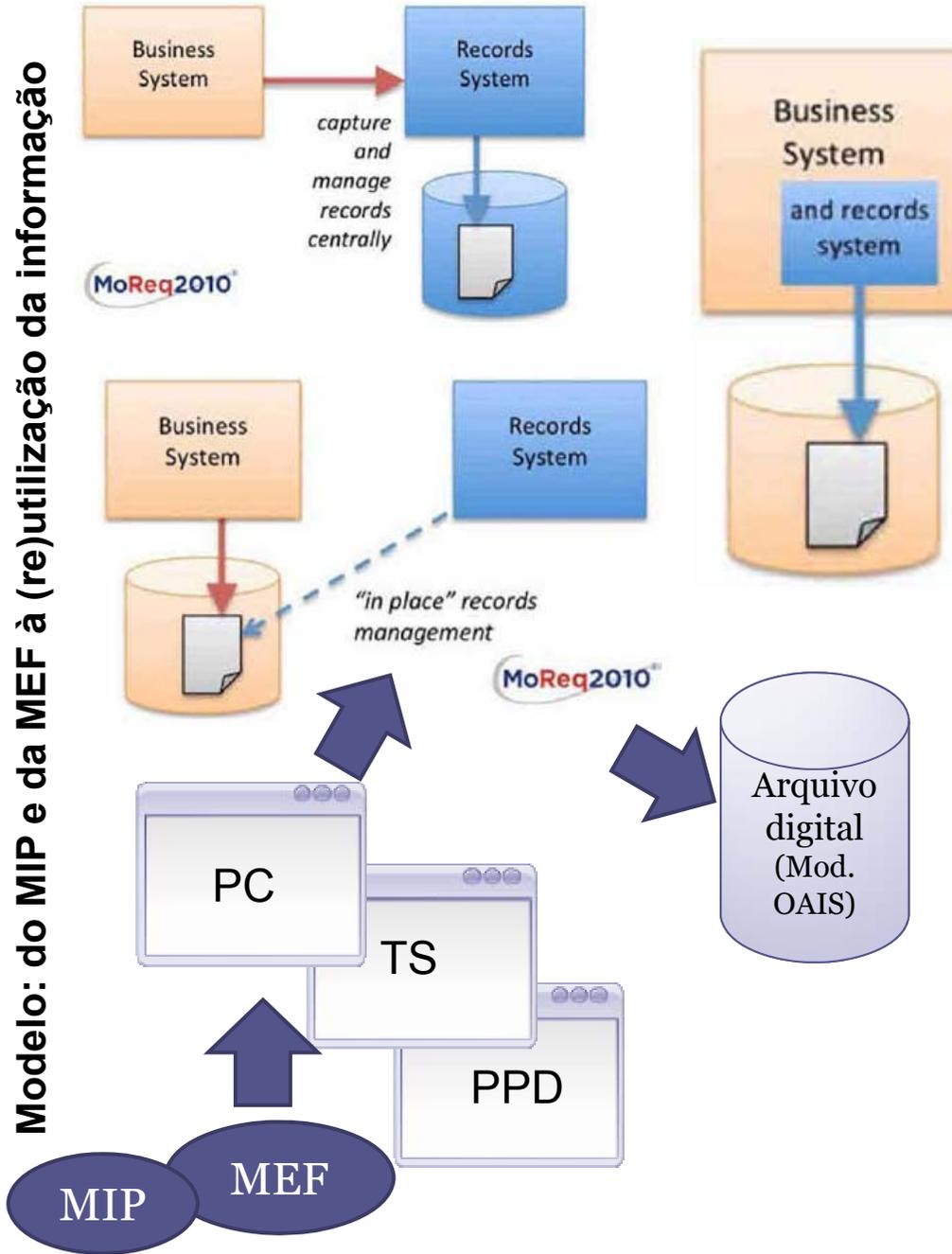
A operacionalização do modelo

PAEIS

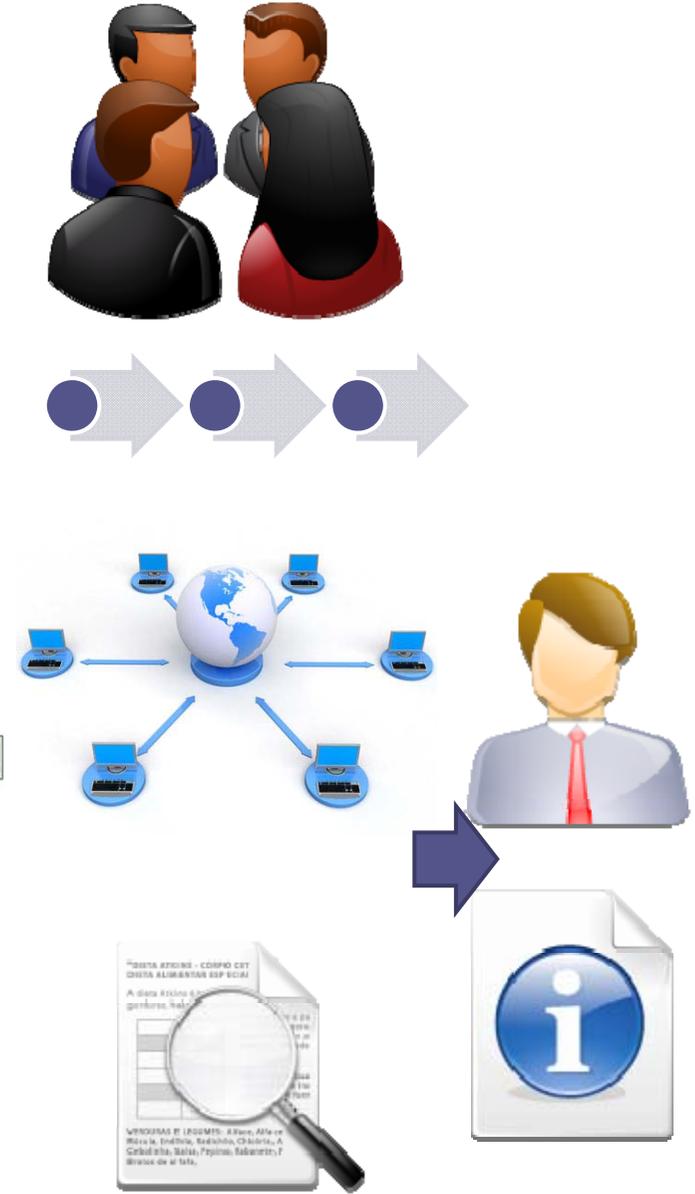
Programa "Administração Eletrónica e Interoperabilidade Semântica"



Modelo: do MIP e da MEF à (re)utilização da informação



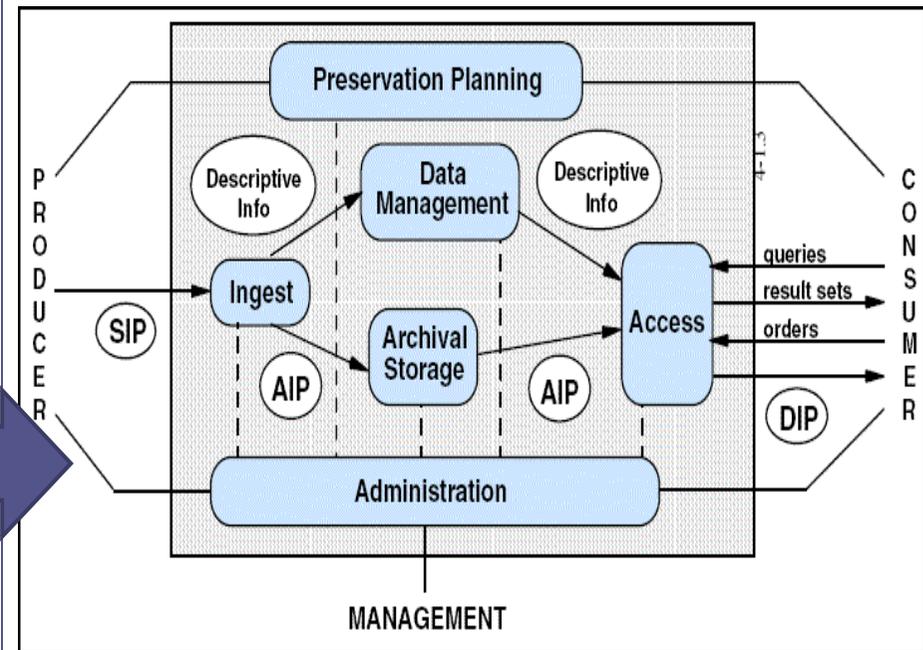
interoperabilidade



DGLAB: Criação de produtos transversais para a gestão da informação pública



Repositórios secundários (de objetos digitais autênticos)



Preservação de informação contextualizada e selecionada

Objetivo: informação autêntica, qualificada, não redundante (“only once”), e Interoperável (a partir de um modelo definido desde a produção)

MEF: De ativo semântico de adesão voluntária a obrigatório?

- **Modelo de valorização da informação pública (Proposta de RCM - AMA, 2012)***
- AMA, DGLAB e outras entidades procuram definir requisitos obrigatórios para qualificar sistemas de arquivo (e SEGA's);
- Referenciais: ISO 30300, NP 4438, Moreq 2010, etc;
- Propostas para modelo de governação/responsabilidade;
- Requisitos;
- Auditoria;
- Interoperabilidade semântica (**MIP+MEF** obrig.);
- Preservação digital;
- Modelo de maturidade;
- Adesão obrigatória da Administração Local

*-Brevemente em reapreciação, segundo a AMA.



Modelo de governação tripartido:
caso ACE



Muito obrigado pela vossa atenção!

pedro.penteado@dglab.gov.pt



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DA CULTURA

DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO,
DOS ARQUIVOS E DAS
BIBLIOTECAS